

Boaventura de Sousa Santos

A Educação na Encruzilhada de Paradigmas Rivals*

A pergunta "educar para que futuro?" pressupõe que se tenha uma ideia do futuro que se pretende construir. Porque dentro de um dado horizonte de possibilidades próprio de uma dada época há muito campo para a contingência histórica, as ideias de futuro são sempre normativas, envolvem sempre opções éticas e políticas. Falar de opções é falar de alternativas. Só se pode falar de futuro na medida em que houver alternativas pois de outro modo o futuro é a repetição indefinida do presente. A pergunta que nos é feita parece assumir que há alternativas, isto é, que o futuro deve ser encarado como um desafio e não como destino. Como as alternativas não são infinitas, qual é o horizonte de possibilidades? Que futuro queremos entre os que são possíveis?

Falando de educação, e sendo certo que somos o país da União Europeia com mais desigualdade social, a opção é clara: queremos uma sociedade socioeconomicamente mais desigual ou mais igual? Sabemos que o horizonte de possibilidades contemporâneo não permite imaginar sociedades de iguais e é mesmo duvidoso que tal possibilidade tenha alguma vez existido para além de pequenas comunidades. Mas não cabem dúvidas de que o horizonte de possibilidades de que dispomos permite opções entre o aprofundamento das desigualdades sociais e a sua minimização. Estas opções incidem sobre as diferentes articulações possíveis entre dois valores centrais da modernidade ocidental: liberdade e igualdade. A opção liberal, hoje radicalizada pelo neoliberalismo, considera haver uma incompatibilidade entre liberdade e igualdade, privilegia totalmente a liberdade, concebendo-a como liberdade negativa, a liberdade

* Texto da intervenção no Conselho Nacional de Educação, 15 de Fevereiro de 2016.

para agir sem obstáculos ou constrangimentos. A desigualdade que daí decorre, longe de ser um resultado meramente aceite, é um resultado efectivamente desejado. O Estado ratifica esse resultado através de uma intervenção mínima na sociedade, apenas garantindo a igualdade formal, a igualdade de todos perante a lei, para o que são fundamentais os direitos cívicos e políticos. A opção socialista democrática e social democrática não só não vê incompatibilidade entre liberdade e igualdade como preconiza a sua pertença mútua. Privilegia o conceito positivo de liberdade - a liberdade como capacidade de cada um agir de modo a ter controlo sobre a sua vida e atingir os seus objectivos. Tal capacidade pressupõe a existência de condições que a permitam exercer, e para isso é necessária uma certa medida de igualdade material (ausência de grande desigualdade social e de discriminação social e cultural). Nos últimos 100 anos essa medida foi sendo calibrada pelos direitos económicos, sociais e culturais (direito laboral; saúde, educação e segurança social públicas; reconhecimento da diversidade cultural). O reconhecimento e a concretização destes direitos só é possível através de uma forte intervenção de Estado na sociedade e na economia, ou seja, o Estado social de direito.

Nas sociedades europeias e da América do Norte, em que ao longo dos últimos 100 anos se fizeram investimentos sociais importantes na educação de que resultaram classes médias significativas, a educação é um dos factores mais decisivos na produção de igualdade social ou na produção de desigualdade social. O sistema educativo que produz igualdade tem de forçosamente ser muito diferente do que produz desigualdade. São diferentes, tanto no modelo organizativo como na filosofia em que assentam. A opção é entre a educação democrática e a educação liberal. Convém, por isso, traçar um breve perfil de cada um destes sistemas.

A educação democrática

No que respeita ao modelo, a educação democrática produz activamente igualdade social ao ser concebida com um bem comum e um serviço público. Nas condições contemporâneas, esse serviço só pode ser prestado pelo Estado, ainda que tal prestação possa ser complementada por outros agentes sociais. Claro, que a prestação pública, sendo a condição necessária, não é a condição suficiente para a educação funcionar como alavanca de igualdade, pois o Estado pode organizar a prestação pública para precisamente segmentar a sociedade, por exemplo, criando um sistema dual (a educação para as elites e a educação das classes trabalhadoras), como aconteceu entre nós antes do 25 de Abril de 1974.

Enquanto serviço público, a educação é um recurso não mercantil que cria outros recursos apropriáveis segundo lógicas não mercantis, permitindo assim que certos grupos sociais fujam à fatalidade da exclusão classista, protagonizem alguma mobilidade social ascendente e atinjam as mínimas condições de igualdade que lhes permitam desenvolver autonomamente as suas capacidades (a liberdade positiva). Numa sociedade de ricos e pobres a ideia da educação para todos é vista como princípio contra-hegemónico que exige uma vigilância constante para que seja minimizada a segmentação entre escola de e para ricos e escola de e para pobres. No espaço geopolítico que nos serve de referência o princípio da educação para todos presidiu à construção das classes médias e por isso não admira que sejam elas quem valoriza mais a educação como factor de inclusão social e quem faça mais sacrifícios para que os seus filhos não corram o risco de serem apeados da sua classe.

A filosofia da educação democrática aponta para uma sociedade cidadã, polifacetada na sua inclusividade, promovendo simultaneamente a minimização da desigualdade e a maximização do respeito pela diferença, uma sociedade democrática de alta intensidade, isto é, democratizadora

muito para além do sistema político, nas relações familiares, no espaço comunitário e produtivo. Formulei esta filosofia em termos de direitos fundacionais: temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos trivializa. Os conceitos normativos fundamentais desta filosofia são cidadania, democraticidade, comunidade educativa, diversidade cultural, responsabilidade social e a educação. Para ser fiel aos direitos fundacionais, a filosofia tem de dar testemunho deles no próprio processo educativo, na gestão das escolas, nos planos de estudos, nas normas de convivência. Os indicadores quantitativos de avaliação seja de alunos, professores ou escolas são usados sempre como complemento das análises qualitativas do modo como a comunidade educativa dá testemunho hoje da sociedade que se pretende no futuro.

A educação liberal

Ao contrário da educação democrática, a educação liberal produz activamente a desigualdade social ao ser concebida, ela própria, como mercadoria, como um bem de capital e um bem de consumo, uma mercadoria que cria um mercado próprio, o mercado educacional, que o Estado deverá, não só regular, como ampliar, sempre com respeito do princípio de que a sua prestação direta deve ser reservada às zonas da não-rentabilidade para o capital educacional. Ou seja, enquanto mercadoria a educação exige uma forte participação do Estado para que a desigualdade social que ela promove seja de facto conseguida. Por um lado, o Estado estabelece os parâmetros da diferenciação desigual da educação, criando mercados educacionais segmentados, por outro, o Estado resolve o problema da procura insolvente directamente através de bolsas de estudo e indirectamente através de isenções fiscais e subvenções. Ou seja, este modelo assenta numa transferência constante de recursos públicos para o

sector privado nomeadamente através de sistemas de parcerias ou convenções. Esta transferência garante a regressividade do sistema contributivo nos termos da qual, proporcionalmente ao seu rendimento, quanto mais alta é a classe menos paga pela educação dos seus filhos. As classes médias são quem paga mais e as classes trabalhadoras perdem qualquer expectativa de acesso à educação que lhes permitiria mobilidade social ascendente. A educação liberal não só reproduz como aprofunda as desigualdades sociais. O *slogan* da educação para todos não faz qualquer sentido, a menos que a qualidade da educação seja tão segmentada e hierarquizada quanto as classes sociais que compõem o conjunto de "todos".

A filosofia da educação liberal aponta para uma sociedade de indivíduos autónomos e competitivos, bem posicionados no mercado de trabalho e se possível criando o seu próprio mercado, o que se designa hoje por empreendedorismo. Uma sociedade avessa a responsabilidades colectivas e centrada no mérito e na culpa individuais como responsáveis pelas trajectórias de vida. Os conceitos normativos chave são mercado, mérito, autonomia, empreendedorismo, escolhas, avaliação. A educação só prepara eficazmente para o mercado se ela própria for um mercado e as instituições educativas forem geridas como empresas mercantis. Os indicadores quantitativos (exames, avaliações, *rankings*) são os únicos fiáveis para avaliar desempenho, pois são os únicos capazes de dar indicações precisas sobre o valor mercantil de cada produto educativo no mercado homogéneo dos serviços educativos.

Fazendo uso de um conceito da sociologia weberiana, estes dois modelos e filosofias são aqui formulados como tipos-ideais. Os sistemas educativos concretos podem combinar elementos dos dois modelos mas fazem-no sempre para promover a filosofia subjacente a um deles, a que é

politicamente escolhida por quem tem a seu cargo o sistema. Sendo este o horizonte de possibilidades quais são as nossas alternativas?

O tsunami educacional dos últimos quatro anos

Os últimos quatro anos representaram uma ruptura com a filosofia e modelo educativos que dominaram nos últimos quarenta anos. Ao longo de quatro décadas, governos de diferentes orientações políticas introduziram variações no modo de entender a filosofia e o modelo de base mas não os rejeitaram em bloco. Nos últimos quarenta anos vigorou o modelo e a filosofia da educação democrática. Nos últimos quatro anos foi feita uma intervenção de forte recorte ideológico no sentido de substituir a educação democrática pela educação liberal. A ruptura não residiu na novidade total da filosofia mas no modo como esta foi imposta. Nos anos anteriores, muitas medidas, sobretudo na educação universitária, vinham a sinalizar uma reorientação privatística (exemplo maior, as propinas mais altas de Europa) mas eram sempre tomadas com a justificação de viabilizar a sustentabilidade da educação como um bem comum e, na máxima medida possível, como um serviço público. A intervenção teve muitas dimensões e foi formatada por uma conjunção de vontades entre o governo de direita no poder e a intervenção da Troika. Os elementos fundamentais desta intervenção foram os seguintes.

1- Opera-se uma mudança paradigmática na concepção da educação: de um bem comum, investimento social e serviço público para um bem produzido de modo diversificado ainda que articulado em rede (rede pública em vez de serviço público); um bem que, na medida em que for produzido pelo Estado, deve ser concebido como despesa, custo financeiro sujeito à lógica da eficiência dos investimentos privados (*value for money*).

2- A escola privada que nos últimos quarenta anos vigorou como complementar da escola pública passa a ser a alternativa à escola pública.

3- A alternativa é estabelecida e valorizada segundo critérios do capital educacional privado com vista a justificar o desinvestimento do Estado na educação enquanto serviço público, transferindo para as famílias uma parte acrescida dos custos da educação. O memorando da Troika de 3 de maio de 2011 foi perentório:

Reduzir custos na área de educação, tendo em vista a poupança de 195 milhões de euros:

a- através da racionalização da rede escolar criando agrupamentos escolares.¹

Cumprido com a criação dos Mega-agrupamentos.

b- reduzindo e racionalizando as transferências para escolas privadas com contratos de associação.²

Cumprido com transferências para o ensino particular e cooperativo: 2011 - 217 milhões; 2012 - 199 milhões; 2014 - 240 milhões; 2015 - 240 milhões.³

Em consequência do cumprimento desta exigência, aumentaram as desigualdades de acesso e fortaleceu-se a tendência para um sistema dual e diferenciado: a escola transformada num poderoso factor de estratificação social ao traduzir desigualdades sociais em mérito individual.

4- Obsessão com as avaliações quantitativas, exames e *rankings*, consideradas cruciais para identificar graus de eficiência segundo critérios de *value for money*, ou seja, para identificar o valor de uma mercadoria complexa e para antecipar o treino nos comportamentos esperados na sociedade de mercado para que a escola forma os alunos, onde dominam a

¹ “1.8. Reduce costs in the area of education, with the aim of saving EUR 195 million: by rationalising the school network by creating school clusters” (IMF, 2011:33).

² “(...) by reducing and rationalising transfers to private schools in association agreement.”(IMF, 2011:33).

³ Obviamente a privatização da escola pública não começou em 2011, mas a partir de então intensificou-se enormemente e transformou-se na mãe de todas as políticas educacionais da direita no poder. Ver o lúcido estudo de Antunes (2015:129-143).

avaliação constante, a competição, a concorrência e, idealmente, a regulação assente no jogo da oferta e da procura. Não esqueçamos que a outra imposição do memorando da Troika estabelecia "aumentar a qualidade do capital humano e facilitar a adequação ao mercado de trabalho".⁴ O mesmo critério do *value for money* leva a privilegiar o Português e a Matemática e a desvalorizar a formação mais generalista, descurando áreas importantes para a formação integral. A lógica privatística não pressupõe privatização generalizada. Apenas exige a gestão do público segundo critérios privados que acabarão por criar vastos "nichos de negócio" na administração do sistema.

5- Outra dimensão da educação liberal, resultado das anteriores, é a diminuição da qualidade no ensino público, com desinvestimento direto na rede escolar, nos professores e no pessoal. A diminuição da despesa pública na educação, actualmente das mais baixas na união Europeia, obteve-se pelos seguintes mecanismos:⁵

- Aumento do número de alunos por turma.

- Retorno à seleção precoce dos alunos, através de exames nacionais implementados em todos os graus de ensino, com o intuito de "encaminhar" para a via profissional alunos com resultados inferiores, numa lógica de seleção social e de degradação do estatuto e importância da formação profissional.

- Aumento das horas de trabalho dos docentes.

- Dispensa de milhares de professores (com o desaparecimento das áreas curriculares não disciplinares e com o apoio escolar aos alunos) o que conduziu a um aumento exponencial do número de professores desempregados.

⁴ "(...) raise the quality of human capital and facilitate labour market matching" (IMF, 2011:19).

⁵ Ver também Benavente *et al.* (2014).

- Gestão dos mega-agrupamentos ao estilo privado, com evidente reforço do poder dos diretores e com o regresso ao modelo unipessoal e tradicional do passado.

- Promoção da concorrência economicista entre escolas, com base nos exames nacionais, traduzidos em *rankings* que se concretizam em apoios às escolas melhor classificadas e em penalizações às piores classificadas.

-Extinção de áreas disciplinares não curriculares (Estudo Acompanhado e Área de Projeto) que preparam para a vida e não apenas para exames a curto prazo.

- Menorização de Unidades Curriculares, tais como o Desporto/Educação Física, a Educação Artística, a Educação Cívica, a Educação para a Saúde, a Educação Ambiental, imprescindíveis nos dias de hoje.

- Minimizar os custos da integração de crianças e de jovens com necessidades educativas especiais, questão incontornável no que toca aos avanços civilizacionais maiores.

6- Para se impor num contexto educativo até então dominado pelo modelo da educação democrática, a educação liberal teve de inculcar ideologicamente a ideia do desperdício no custo da educação pública e da sua péssima ratio de "value for money" em função do suposto insucesso do sistema. Neste domínio o trabalho ideológico foi prejudicado por uma série de estudos comparativos internacionais que vieram demonstrar o êxito do sistema educativo até então vigente. Assim, o estudo do *Programme for International Student Assessment* (PISA), no que concerne à Escola Pública, vem demonstrando uma melhoria dos conhecimentos dos alunos portugueses em leitura, matemática e ciências, situando-se, actualmente,

Portugal na média dos países participantes no programa da OCDE⁶. No *Trends in International Mathematics and Science Study* (TIMSS) os resultados de 2011 indicam que os alunos do 4º ano obtiveram em Ciências 53 pontos, sendo a média internacional de 48, ultrapassando a Bélgica ou a Noruega. Em Matemática atingiram 59 pontos numa média internacional de 50, à frente da Áustria, da Dinamarca, da Alemanha, da Irlanda, da Itália, da Noruega, da Espanha e da Suécia. Dos 50 países que participaram neste estudo, Portugal ficou, respetivamente, em 15º e em 19º lugar. Estes números mostram um padrão de crescimento, desde os anos 90, superior ao da média da OCDE. Tudo isto desmente a ideia do insucesso do sistema mas todos os sistemas de inculcação ideológica são por natureza avessos ao confronto com os dados. Onde o sistema falha é nos campos mais expostos às condições sociais do país, nomeadamente no caso do abandono escolar e da retenção.

Urgências certas para um futuro incerto

A ruptura com o modelo de educação democrática que ocorreu nos últimos quatro anos traduziu-se em políticas educativas cujos efeitos e custos sociais ainda não podem ser plenamente avaliados. A diminuição do investimento do Estado na educação tem consequências que vão para além dos anos em que ocorrem, podendo comprometer a empregabilidade e o desenvolvimento da sociedade e do país a médio e longo prazo. No entanto, é já visível o seu impacto na estrutura e composição de classes da sociedade portuguesa. Como, proporcionalmente ao rendimento, as famílias da classe média são quem mais investe na educação dos filhos, foram elas as mais atingidas pelo aumento de custos. Os dados das Contas

⁶ A utilização destes dados não significa, de modo nenhum, concordar com a filosofia educacional que preside ao PISA. O PISA é um exemplo da crescente hegemonia da escola liberal, enquanto espelho de uma sociedade dominada pela ideologia do neoliberalismo centrada no mercado, na competitividade e no empreendedorismo.

Nacionais já mostravam em 2012 que o desinvestimento do Estado na educação (significativamente designado como redução da despesa) era de 7.7% e estava ser compensado pelo aumento de 6.7% do investimento das famílias.⁷ Muitas famílias tiveram de sacrificar quase todo o seu estatuto de classe média para conseguir manter os filhos no trilho da almejada mobilidade social ascendente. Ou seja, sacrificaram o seu estatuto actual ao hipotético estatuto dos filhos no futuro. Passaram a ter de consumir ao nível das classes trabalhadoras e a diferenciar-se apenas pelo alto investimento na educação, travando assim o risco (ou a percepção do risco) de perda de estatuto de classe. Em muitos outros casos, não conseguiram suportar os custos porque entretanto foram atingidas pelo desemprego. Neste caso, a desclassificação social ou mobilidade descendente foi mais evidente. O sistema educativo, sobretudo de nível universitário, assumiu a mesma lógica de promoção das exportações em detrimento do mercado interno imposta pela Troika a todo o sector produtivo. Ao mesmo tempo que expulsou jovens nacionais, muitos deles atirados para a emigração, virou-se para o mercado de jovens oriundos de países externos à UE disponíveis para pagar acima do limite máximo das propinas.⁸

Se o efeito na classe média foi devastador foi-o ainda mais na classe trabalhadora que perdeu qualquer esperança de, através da educação, fazer ascender os seus filhos à classe média. Tenha-se em mente que a caracterização das classes não se limita ao nível de rendimentos, pois inclui outros factores que têm a ver com qualificações, autonomia e autoridade no

⁷ Ver Mauritti *et al.* (2015). Segundo os mesmos autores, os custos anuais das famílias portuguesas com a educação representavam 22% da mediana do rendimento português, no ano letivo de 2010/2011, o que colocava Portugal em 10.º lugar numa lista de 16 países, atrás da Noruega, que liderava o ranking com apenas 2,2%, da Dinamarca (2,3%), França (2,8%), Alemanha (4,2%) e Inglaterra (21,5%). Sobre a percepção dos professores sobre os efeitos da austeridade na degradação da educação, ver Benavente, Queiroz e Aníbal (2015: 49-62).

⁸ Ironicamente, estudos recentes mostram que, independentemente da área científica e do país que os acolheu, os jovens portugueses titulares de um diploma de ensino superior que passaram a residir e a trabalhar em outro país da UE, identificam como principal razão do seu sucesso a qualidade da formação que obtiveram por via da frequência do ensino superior português (Gomes *et al.*, 2015).

trabalho e mesmo estilos de vida. De todo o modo, os salários abaixo do ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem a tempo inteiro, ou seja, abaixo de 1.121 euros⁹ apontam para uma pertença à classe trabalhadora. Cerca de 24,3% da população activa são operários dos quais, aliás, 22% são pobres, ou seja, mesmo trabalhando têm rendimentos abaixo do nível de pobreza. Mais, 1,2 milhões de pessoas empregadas em Portugal são pobres, cerca de 26% do total da população activa, afetando também estratos de pessoas que trabalham no setor terciário. Por outro lado, 25,3% do total da população portuguesa está em risco de pobreza ou de exclusão social.

Estes dados sobre pobreza e risco de pobreza da população total, da população empregada e da classe trabalhadora (com grande incidência nos jovens e nas crianças) significam o arrefecer das aspirações de mobilidade social, um efeito do princípio da realidade, uma lógica de simples sobrevivência e a fatalidade de aceitação dos destinos traçados (“colocar os pobres no seu lugar”).¹⁰ Para uma sociedade que rejeite o determinismo do retrocesso social nada é mais perigoso que a neutralização das aspirações dos "de baixo". Cabe à escola e ao sistema educativo fomentar a utopia, a esperança e a aprendizagem de que se deve lutar por um futuro melhor, porque é um direito e porque o princípio da igualdade radical é o fundamento básico de toda a cidadania, e não a competição ou o consumo acéfalo.¹¹

⁹ Ver Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia (2015).

¹⁰ Num momento em que a tendência de consolidação gradual do sistema de ensino, ao longo de 4 décadas, fazia prever que os filhos das classes trabalhadoras alcançassem níveis superiores de ensino, os riscos de exclusão, traduzidos pelo abandono e pelo insucesso, traçam um cenário de previsível regressão. Neste contexto, o ensino superior, com a concomitante redução de apoios sociais, passa a ter um carácter ainda mais seletivo, num dos países da UE que, também nesta matéria, apesar do percurso notável que vinha fazendo, se situa na cauda da UE.

¹¹ Para cumprir esta missão, as escolas precisam de condições adequadas e de um contexto envolvente minimamente compatível. Hoje, as escolas enfrentam o aumento da percentagem de alunos incluídos no escalão B da Acção Social Escolar, veem engrossar as dívidas relativas ao pagamento de refeições escolares e os casos de subnutrição em espaço escolar são uma realidade gritante.

Com o desinvestimento do Estado na educação, a classe trabalhadora ficou ainda mais longe de qualquer expectativa de ascensão social. Este facto e o emagrecimento da classe média traduziram-se no aumento da desigualdade social. O país empobreceu no seu conjunto e o fosso entre ricos e pobres, o maior no conjunto dos países da União Europeia, acentuou-se. Dados de 2014 revelam que cerca de um terço das crianças se encontra em situação de pobreza, sendo o grupo geracional mais afetado pelas políticas de austeridade. É preciso ter em mente que o aumento da desigualdade social não é um problema para a ideologia neoliberal dominante. É uma consequência inevitável, e, para os mais radicais, desejada, do modelo de desenvolvimento. O combate às desigualdades é, pois, ineficaz e, para os mais radicais, é mesmo perigoso.

O certo é que a maioria dos portugueses rejeitou nas urnas a ruptura no modelo e na filosofia educativas. Que políticas educativas vão dar expressão a tal rejeição? Como reverter uma intervenção de forte pendor ideológico, sendo certo que destruir um sistema é sempre mais fácil que construir outro no seu lugar. A nova vontade política instalada no governo do país tem dois desafios importantes pela frente. O primeiro desafio é interno. A ruptura liberalizante criou novas oportunidades de investimento e acumulação para grupos privados (capitalistas, cooperativos) que irão resistir à frustração das chamadas legítimas expectativas, ou seja, à reversão dos interesses instalados. Contam com uma comunicação social favorável, onde detêm, aliás, posições importantes e que, de resto, está dominada pela ideologia neoliberal apostada em descredibilizar qualquer alternativa sobretudo se ela envolver a desmercantilização da educação por via do reforço da ideia do serviço público e da responsabilidade social do Estado. O segundo desafio é o desafio europeu, a tutela política e orçamental a que o país está sujeito, a qual procura neutralizar as escolhas democráticas nacionais em tudo o que contrarie a ortodoxia. Este desafio

está intimamente vinculado ao anterior, uma vez que a educação liberal é parte da ortodoxia dual europeia. O dualismo é o seguinte: educação democrática para os países centrais se essa for a sua opção, educação liberal para os países periféricos e semiperiféricos mesmo que esta não seja a sua opção. Este dualismo, a manter-se, será o mecanismo mais insidioso e mais poderoso da segmentação da União Europeia.

Será possível enfrentar com êxito estes desafios? É uma questão em aberto. A urgência de uma resposta positiva é grande. Lembremos que não atingimos ainda sequer 100% de escolarização real no ensino básico (3º ciclo), e é particularmente preocupante observar que esta taxa está a decair; no secundário temos $\frac{3}{4}$ dos jovens neste nível de escolaridade e no superior apenas cerca de $\frac{1}{4}$.¹² É preocupante o crescente peso da chamada “geração nem-nem”: nem estuda, nem trabalha. Este é um sector da sociedade formado por jovens sem projetos de presente ou de futuro Acresce que em 2014 a taxa de abandono escolar em Portugal rondava os 18% enquanto na Europa, no mesmo ano, esse patamar era de 11%. A urgência de uma reversão das políticas educativas liberalizantes advém ainda da necessidade de qualificar o maior número de jovens como meio para requalificar a economia e a sociedade no seu conjunto. Embora nos últimos anos tenha aumentado o desemprego de licenciados, continua a ser verdade que quanto maior é a escolaridade menor é a probabilidade relativa de cair em desemprego.¹³

Tal como foi concebida depois da Revolução do 25 de Abril de 1974, a educação democrática passou a ser, juntamente com o Serviço Nacional de Saúde e o sistema de público de segurança social, um dos pilares fundamentais do Estado social de direito. Deles vai continuar a depender a legitimidade e a própria sustentabilidade da democracia portuguesa. Neste

¹² Ver nota 7.

¹³ Ver nota 5.

domínio, a democracia portuguesa não é muito diferente das restantes democracias da União Europeia. Não vai ser possível continuar a descredibilizar as democracias em países como Portugal, Grécia ou Espanha sem correr o risco de, a médio prazo, descredibilizar as demais democracias europeias. Para obviar esse risco é necessário travar quanto antes a segmentação entre democracias de primeira classe e democracias de segunda classe. Começa a ser cada vez mais evidente que é necessário lutar por uma democracia europeia como condição para salvaguardar as democracias europeias.

Bibliografia

- Antunes, Fátima (2015), "Políticas, processos e atores de privatização da educação em Portugal: apontamentos" in Vera Maria Vidal Peroni (org.), – *Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação*. São Leopoldo: Oikos, 129-143.
- Benavente, Ana *et al.* (2014), "O Estado da Educação num Estado Intervencionado", *Observatório de Políticas de Educação e de Formação* CES.UC.CeiED.ULHT, Julho 2014. Consultado a 29.02.2016, em <http://www.op-edu.eu/media/relatorios/Op-Edu-Relatorio-2014.pdf>.
- Benavente, Ana; Queiroz, Sandra; Aníbal, Graça (2015), “Crise, Austeridade e Educação em Portugal (2011-2014)”, *Investigar em Educação. Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, II série, 3, 49-62.
- International Monetary Fund (2011), *Portugal: Letter of Intent, Memorandum of Economic and Financial Policies, and Technical*

Memorandum of Understanding. Página consultada a 29.02.2016, em <https://www.imf.org/external/np/loi/2011/prt/051711.pdf>.

Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia (2015), *Boletim Estatístico – Março*. Página consultada a 29.02.2016, em <http://www.gee.min-economia.pt/>.

Gomes, Rui *et al.* (2015), *Fuga de cérebros: retratos da emigração portuguesa qualificada*. Lisboa: Bertrand.

Mauritti, Rosário *et al.* (2015), "A Austeridade na Educação". *Observatório das Desigualdades e-Working Paper* nº 3/2015. Página consultada a 29.02.2016, em https://observatoriodasdesigualdade.files.wordpress.com/2014/11/a-austeridade-na-educac3a7c3a3o_osc3a1rio-mauritti-et-al_e-working-paper-n-c2ba3_2015_.pdf.